

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PTB está em obstrução.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PSB em obstrução.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Colocar o PPS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PPS está em obstrução.

Mais algum Sr. Deputado ou Sra. Deputada gostaria de registrar seu voto? Não havendo, então, mais registro de votos, está encerrada a votação. Participaram desse processo 43 Srs. Deputados e Sras. Deputadas: 38 “sim”; quatro “não”; e este presidente, que não vota, quórum insuficiente para a aprovação do projeto. Porém, o projeto fica com votação adiada. Proposição que independe de parecer, mas depende de deliberação do Plenário.

Discussão e votação do Requerimento de Urgência do Projeto de lei nº 435, de 2019. Devolvo a palavra à deputada Marina Helou por três minutos, que é o tempo remanescente de Vossa Excelência.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presidente, abro mão dos meus três minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão do regime de urgência do Projeto de lei nº 435, de 2019, da deputada Janaina.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para uma comunicação, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Havendo acordo entre as lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente. Se o deputado Barba me autorizar, só uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Deputado Wellington Moura para uma comunicação.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a única coisa só que eu vejo que está acontecendo aqui hoje, e me entristece, é que nós estamos colocando aqui projetos agora, neste momento, que não são do governo.

Gostaria de pedir atenção dos deputados. Por favor, deputado Daniel José. Principalmente do Novo.

Mas nós estamos pautando aqui projetos dos deputados. Eu acho que esta Casa... Nós vamos o quê? Se digladiar agora? Eu vou dar um exemplo. O Novo votou em todos os projetos “não”, independente qual seja o projeto, foi votado “não”. Imagina se todos os deputados então, aqui, no projeto do Novo, votarem “não”, e só eles votarem “sim”. Então não vai passar nenhum projeto deles.

Imagina se todos os deputados que estão aqui, nas comissões, porque nós temos deliberação, cada deputado aqui tem a deliberação, fizermos isso? Vamos votar... Então, não vamos pautar. Vamos votar contra em todos os projetos. Esta Casa não vai andar. Eu falei. Eu fico pensando. Qual é a função de nós, deputados aqui? Não é criarmos leis, fazemos leis?

Aí estão dizendo “ah, não, são os critérios que estão sendo criados”. Quem está perdendo hoje aqui... Eu vou dar exemplo, me desculpa, mas do meu próprio projeto, que fala da isenção tarifária para pessoas que tem alienação mental, cardiopatia grave, cegueira, doença de Parkinson, hanseníase e tuberculose. São essas pessoas que eu acho que deveriam estar aqui. Vir aqui depois no plenário e vir aqui cobrar os deputados, porque eles ficaram agora sem isenção tarifária por causa dos deputados do Novo, e eu me expresso como poderia me expressar para qualquer outro deputado.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu vou passar a palavra a todos os deputados, porém, é um direito do deputado se expressar e colocar a posição. Deputado Wellington.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, Sr. Presidente. Então, faltou alguns votos, três votos, infelizmente, para que nós pudéssemos votar um projeto, não só meu, como do deputado Fernando Cury, como do deputado Rafael Silva, e eu acho triste isso, porque os deputados...

Nós não estamos aqui para nós digladiar. Nós estamos aqui para aprovarmos projetos. Pode-se votar contra, pode-se votar a favor. Agora, é momento de reflexão desta Casa, e eu deixo essa reflexão, não só para o partido Novo, eu deixo para todos os partidos, porque se nós continuarmos assim, a única pessoa que vai perder é a população.

Obrigado.

O SR. DANIE JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra o deputado Daniel José, para uma comunicação.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Eu acredito que fica muito claro quando, por não ter dado quórum, que o Novo não atrapalhou. A gente votou de acordo com os nossos princípios, deputado Wellington. A gente votou de acordo com nossos princípios. O que a gente combinou é que a gente vai votar e a gente não vai obstruir. A gente está ajudando a fazer com que os projetos sejam votados.

Quem são seus adversários aqui? Não é o Novo. Cadê o DEM? Cadê o MDB aqui na Casa? Não tem ninguém votando, nem dando presença. Então, antes de falar que o Novo está atrapalhando, pense bem. Ao longo do tempo, conforme formos aprendendo como as coisas funcionam, podemos encontrar meios de trabalhar junto com cada um, cada autor dos projetos, para tentar fazer com que eles se alinhem à nossa perspectiva e conseguir, aí sim, votar a favor, mas não podemos ser criticados por votar de acordo com as nossas convicções.

A gente aqui está tentando fazer um trabalho junto com todos outros deputados da Casa. Acho que isso é muito importante deixar claro. Tudo bem, a gente votou “não” para alguns projetos, mas isso só reflete a maneira como a gente pensa. Para que a gente consiga, de fato, votar os projetos de cada um dos deputados. Então acho que isso é um ponto muito importante e para deixar claro para todo mundo aqui na Casa: não é sacanagem, não é uma maneira da gente tentar atrapalhar. Não.

A gente vota de acordo com o que a gente acredita. A gente contribui dando quorum. E a gente, é claro, nos próximos passos, vai tentar participar mais da construção de cada um dos projetos para poder apoiar alguns dos projetos que a gente acredita que são importantes para o estado de São Paulo.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Entendo a indignação do deputado Wellington. Concordo que podemos fazer algumas parcerias quando for possível. Mas entendo a posição do Novo. E hoje eles realmente deram quorum: 100% da bancada acabou dando quorum. Agora, o que é questionável e podemos começar a cobrar, e se cobrar, um a um, é a presença em plenário. Inclusive, na quinta-feira.

O senhor deixou bem claro que teria essa sessão e que teria votação. Repito o que falei na tribuna: cobram tanto o líder do Governo, cobram tanto o presidente, sobre a aprovação, ou não. Aí o voto “sim” ou o voto “não” é de cada deputado. Cada um tem a sua consciência e cada um tem os seus eleitores. Cada um vota conforme o seu entendimento.

Agora, numa quinta-feira, nós não conseguimos colocar 48 votos - 48 votos! - naquele painel, para dar quorum numa votação de projeto de deputado? Lembrando: não é projeto do governador. Desde o dia 15 falamos de independência de Poderes e tudo o mais. Não conseguimos dar quorum de 48 deputados numa tarde de quinta-feira. Então cabe a cobrança dos pares, de um cobrar o outro. Para quê? Para que se vote, sim, projeto de deputado.

Parece, presidente... Não tenho procuração para falar em seu nome, e temos várias discordâncias, mas, quando vêm e cobram o senhor que o senhor não põe em pauta. Foi colocado em pauta. Tomara que, na quinta-feira, voltem outros projetos de deputados ou esses mesmos aqui. Mas que cada deputado tenha a sua consciência de, no mínimo, estar presente nesta Casa. E poder fazer que nem a bancada do Novo: dar presença e votar conforme a sua consciência. Obrigado, presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para uma comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Penso que o deputado Wellington ficou... Não foi aprovado o seu projeto, e a gente fica chateado, o que é uma coisa natural e normal na Assembleia. Mas quero dizer que foi combinado, na terça-feira, que ia ser votado na quinta-feira, na extra. O presidente avisou. E o deputado Roque Barbieri disse que ia pedir verificação de votação.

O Novo, votando ou não, como é maioria simples, ele ajudou na aprovação do projeto. Ele ajudou a dar o quorum porque é maioria simples. Então foi muito claro. Mas é uma pena que faltou deputados para a gente ter 48. Se desse 25 a 23, poderia ter sido aprovados todos o projetos. Mas apenas isso, presidente. Foi combinado, no Colégio de Lideres, que iam votar na quinta-feira à noite, na extra. Foi combinado.

O deputado Roque avisou a todos os deputados que ele ia pedir verificação de presença de todos os projetos por não ter colocado o veto dele. Então acho que temos que cumprimentar o deputado Camarinha pelo belíssimo trabalho e pela disposição que ele está tendo, de fazer todo esse esforço para poder aprovar os projetos dos deputados. É uma pena que, numa quinta-feira à noite, não tenhamos 48 deputados para que a gente pudesse aprovar os nossos projetos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, Rodrigo.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, só para reiterar, mais uma vez. Compreendo a revolta do nosso amigo, o deputado Wellington Moura. E concordo também com o Novo que, mesmo votando “não”, mas para dar quorum. Reitero mais uma vez: os deputados precisam estar presentes. Ainda mais, com a comunicação prévia. E ainda mais, de um projeto como o do Wellington Moura, e um projeto como o do Rafael Silva.

Tive cinco restaurantes. Vejo, na maioria dos restaurantes, que os cardápios são impressos em folha sulfite. E não oneraria os donos de restaurante para colocar o Braille nos seus cardápios. Isso já deveria ser algo de consciência do proprietário de restaurante.

Então seria até uma oportunidade, da própria sociedade e dos empresários, de estarem conhecendo trabalhos que operam, como das moças cegas em Santos, o qual tive o prazer de conhecer. Prestigiar e conhecer o trabalho deles, e quais são as dificuldades de uma pessoa cega. Como o próprio exemplo do Rafael Silva, que perdeu a visão aos 41 anos e nós não sabemos da nossa família ou com nós mesmos se pode acontecer. Projetos de acessibilidade, projetos que vão causar a inclusão. É inadmissível a gente não conseguir quórum para votar num projeto parceiro que não daria nenhum tipo de prejuízo ao estado, apenas o benefício a essas pessoas que já têm tantas dificuldades, sofrem com tanta discriminação e podem ter um pouquinho mais de acesso a restaurantes, por exemplo. Diversos restaurantes hoje, os principais restaurantes de São Paulo têm o cardápio em Braille. Mas as pessoas que têm uma dificuldade financeira, que não podem ir a esses restaurantes elas têm também o direito de frequentar restaurantes e serem independentes, por conta própria estarem escolhendo no cardápio.

Mais uma vez, independentemente da postura do Novo, eles votaram para dar quórum e que a gente tem que continuar apoiando atitudes como essa e cobrando dos próprios deputados que eu tenho certeza que apresentarão seus projetos e precisarão de quórum em sessões futuras, principalmente dos que estão aqui, ficaram em obstrução e não votaram.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Arthur.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - PARA COMUNICAÇÃO - Só para registrar aqui, eu tenho certeza de que muita gente aqui nem deve gostar de mim do jeito que eu me expresso, eu tenho certeza, inclusive, que projeto nenhum meu vai ser aprovado aqui. Mas, eu queria deixar um recado aqui para os meus nobres colegas: eu estou aqui votando de acordo com as minhas convicções, mas estou aqui. Era só isso, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pessoal, antes de questionar os líderes se todos concordam com o levantamento da sessão, no que pese algumas frustrações - vou questionar os líderes, eu não questionei ainda - de parlamentares no dia de hoje, eu acredito, sinceramente, que hoje nós demos um grande avanço na discussão e nas ações do Legislativo nessa legislatura, está certo? Acho que foi trabalho muito bem feito e conduzido pelo deputado Vinícius Camarinha a modelagem de como se votar projeto nós conseguimos fazer pela primeira vez uma alteração nessa modelagem. Não é normal início de ano, início de legislatura votar projeto de deputados. Aqueles deputados que já conhecem a Casa sabem disso. Normalmente projetos de deputados eram aprovados no final do ano em bacida. Temos que entender o momento e ao mesmo tempo digo a cada um de vocês parlamentares, que eu como presidente e sei que tenho poder discricionário Roque Barbieri, V. Exa. que verificou aqui sobre a questão de veto, eu quero que vocês compreendam que eu no que pese ter o poder para pautar aquilo que eu bem entender dentro do processo eu sempre fui muito democrático, e a lógica que eu tenho estabelecido na discussão dos projetos de deputados é a composição de garantir, pelo menos, uma grande maioria da Casa na construção de trazer a plenário uma coisa que o pessoal pensa como a possibilidade de um bom projeto. Foi essa lógica que nós levamos a esse primeiro momento.

Deputado Gil, eu acredito que a semana que vem nós vamos ter um quórum muito diferente do que nós tivemos hoje. Para minha surpresa já foi um quórum elevado para uma quinta-feira de sessão extraordinária. Eu não esperava que mais de 42 deputados estivessem hoje aqui em votação de projetos de deputados, mas foi um grande avanço deputado Barba, V. Exa. que sabe a dificuldade que é isso, acredito que nós vamos aí, toda semana discutindo e votando 4, 5, 6 projetos de deputados, nós vamos conseguir avançar bons temas. E ao mesmo tempo, pela primeira vez fazer o debate de projetos de deputados porque nós nunca fizemos. Pelo menos no tempo que estou aqui como deputado nunca foi feito: ou o projeto vinha por acordo, ou não se votava.

Vamos também trabalhar o aperfeiçoamento dos projetos dos parlamentares coo nós temos feito com projeto de governo. E o que eu gostaria de ver e vou fazer e me esforçar muito é o equilíbrio da discussão de itens do governo com os itens do parlamento. É isso que nós esperamos de uma Casa Legislativa do porte da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Neste momento questiono os líderes se existe acordo para o levantamento da presente sessão. Peço aos líderes que não concordem que, por favor, digam no microfone da não concordância.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Eu, como líder do PTB, não concordo com o levantamento da sessão. Nós devemos continuar trabalhando.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Então, coloco em votação o requerimento da deputada Janaina, de urgência, do Projeto de lei 435, de 2019.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para poder encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Vinícius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Diante da fala de V. Exa., eu quero aproveitar a oportunidade, presidente, de agradecer aqui todos os líderes, todos os deputados, a assessoria que participou comigo das primeiras reuniões.

Não é fácil criar uma sistemática para a gente organizar tudo isso, presidente. E eu quero pedir muito o apoio do deputado Roque, Xerife do Consumidor, para que todos os parlamentares nos ajudem nesse trabalho de organização dos projetos de interesse do povo e nosso, aqui da Casa.

Então, obrigado, presidente, pela confiança. E, quero aqui agradecer todos os deputados pelo apoio e pela ajuda.

É isso, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu e minha bancada do PT, que é composta por sete deputados e três deputadas, temos, aí, um problema contrário à urgência desse Projeto 435, que trata da questão do parto cesariano da deputada Janaina.

Não é que é o projeto da deputada Janaina. Esse é um debate...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Esse é um debate que dentro do PT é um debate muito forte. Nós discutimos esse tema dentro do PT, as mulheres do PT. Vários companheiros e companheiras do PT discutimos esse tema há mais de 30 anos, desde a fundação do PT.

São bandeiras históricas do PT. São bandeiras pensando na saúde da mulher, pensando na segurança da mulher, durante o parto dela, durante a gestão dela, durante o parto dela.

Como se discute também o aborto, a mesma coisa. E sempre com a autonomia das mulheres dentro do PT para fazer esse debate.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Com a anuência do deputado Barba, eu gostaria de pedir, por acordo de lideranças, o levantamento da presente sessão.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para mim, sem problema.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questiono se os líderes presentes em plenário concordam. (Pausa.)

Havendo anuência dos líderes, está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.

\*\*\*

## 7 DE JUNHO DE 2019 58ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** MAJOR MECCA e CORONEL NISHIKAWA
**Secretaria:** CORONEL NISHIKAWA

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Cita declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em encontro com mantenedores de faculdades particulares. Critica declaração do ministro informando que o governo Bolsonaro pretende atender a demanda do ensino superior através do ensino privado. Lamenta cortes dos investimentos nas universidades públicas, realizados pelo governo federal. Lembra que mais de 90% da produção científica no Brasil é feita pelas universidades estaduais e federais. Destaca que a irmã do ministro da Fazenda, Paulo Guedes, é presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas.

3 - CORONEL NISHIKAWA

Lembra visita do governador João Dória a esta Casa, no dia de ontem. Destaca que o salário da Polícia Militar do Estado de São Paulo é muito inferior aos dos policiais de outros estados. Faz críticas ao teto constitucional do estado de São Paulo. Comemora o pagamento de indenização à viúva do policial militar cabo Fernando Flávio Flores, assassinado por membros do crime organizado. Destaca a importância de ações de desassoreamento no Grande ABC a fim de evitar enchentes e alagamentos.

4 - CORONEL NISHIKAWA

Assume a Presidência.

5 - MAJOR MECCA

Agradece o pagamento de indenização à viúva do policial militar cabo Fernando Flávio Flores, vítima do crime organizado. Destaca que continuará exercendo seu papel de legislador de cobrar o governador e denunciar irregularidades. Manifesta preocupação em relação aos veteranos da Polícia Militar não serem contemplados em futuro reajuste salarial.

6 - JANAINA PASCHOAL

Faz esclarecimentos em relação ao PL 435/19, de sua autoria, que confere à mulher o direito de escolher sua via de parto. Considera que mentiras estão sendo veiculadas em relação a esta matéria legislativa. Lê o texto do PL 435/19.

7 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, prossegue a leitura do PL 435/19, de sua autoria, sobre a escolha da via de parto pela mulher na rede pública de Saúde. Defende a importância da aprovação da matéria.

8 - PRESIDENTE CORONEL NISHIKAWA

Considera que o PL 435/19 não possui caráter peremptório, sendo permitida a escolha da via de parto pela mulher.

9 - CARLOS GIANNAZI

Faz críticas em relação ao projeto Inova Educação, criado pelo Governo do Estado de São Paulo. Manifesta-se contrariamente à repartição de férias dos professores e alunos da rede estadual de ensino. Combate a introdução de mais três disciplinas no currículo escolar sem discussão com o Conselho Estadual de Educação. Lamenta que o piso salarial nacional não seja respeitado no estado. Cobra medidas concretas do governador em relação à violência nas escolas.

10 - JANAINA PASCHOAL

Comenta que a TV Alesp irá iniciar um novo modelo de programa, em que um deputado entrevista um convidado de sua escolha. Destaca que já gravou um destes programas entrevistando o juiz Gabriel Sormani, da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Taboão da Serra, que trata da adoção de crianças mais velhas. Discorre sobre métodos “radicais” de adoção, como criação de catálogos e desfiles de crianças e jovens disponíveis para adoção. Pede reflexão sobre esta questão social.

11 - ALTAIR MORAES

Para comunicação, corrobora o pronunciamento da deputada estadual Janaina Paschoal sobre a adoção de crianças mais velhas.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, comenta audiência pública para discutir problemas no Hospital Emílio Ribas, pela falta de investimento do governo na instituição. Exibe foto de petição online em defesa da referida entidade. Informa que deve acionar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Comissão de Saúde desta Casa, e o Ministério Público. Lê e comenta trecho do abaixo-assinado citado. Acrescenta que a lógica do PSDB é precarizar serviços públicos para posteriormente privatizá-los. Lamenta a aprovação do PL 91/19. Manifesta-se contrariamente ao PL 183/19. Conclui que o Hospital Emílio Ribas é centro de referência na Saúde.

13 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, defende a aposentadoria especial de diretores e de supervisores de ensino, confirmada por acórdão do Supremo Tribunal Federal. Informa que o governo tem obstruído projeto de sua autoria a favor dos profissionais da Educação. Lembra aprovação do PLC 1/13. Defende a aprovação do PLC 2/13, e concursos de remoção, em caráter de urgência, para agentes e diretores de escolas públicas.

14 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE CORONEL NISHIKAWA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/06, à hora regular, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Major Mecca.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PSL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Coronel Nishikawa para ler a resenha do expediente.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Indicação da deputada Leticia Aguiar: “Indico, nos termos do Art. 159, da XIV Consolidação do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Governador João Doria que instale centro especializado em reabilitação no município de Pindamonhangaba para prestar atendimento aos autistas da localidade. A instalação de um centro em reabilitação em Pindamonhangaba visando atender os autistas é uma demanda que esta deputada recebeu por meio de ofício assinado por representante dessa população, motivo que justifica adequadamente o pedido em tela”. Lida a resenha.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PSL - Daremos início agora à relação de oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Primeiro deputado estadual, Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada estadual Leci Brandão. (Pausa.) Deputado estadual Delegado Olim. (Pausa.) Deputado estadual Roberto Engler. (Pausa.) Deputado estadual Alexandre Pereira. (Pausa.) Deputado estadual Rafael Silva. (Pausa.) Deputada estadual Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputado estadual Caio França. (Pausa.) Deputado estadual Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado estadual Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado estadual Itamar Borges. (Pausa.) Deputado estadual Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada estadual Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputada estadual Isa Penna. (Pausa.) Deputado estadual Carlos Giannazi, tem V. Exa. cinco minutos regimentais para uso da palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Major Mecca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, o governo Bolsonaro mais uma vez intensifica os ataques e a barbárie contra a Educação Pública brasileira, e nós estamos assistindo agora as declarações pela imprensa inclusive. A imprensa está publicando hoje, Sr. Presidente, as declarações do ministro da Educação no encontro com os mantenedores das faculdades privadas, com os mercadores da Educação, que aconteceu em Minas Gerais.

Na fala do ministro, ele é categórico falando que o governo Bolsonaro, que o governo federal pretende expandir o atendimento, na verdade, à demanda do ensino superior através das faculdades particulares, através do setor privado. Ou seja, enquanto ele corta o orçamento, corta o recurso das universidades públicas, e também da educação básica, da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino técnico, do ensino tecnológico, da ciência, da pesquisa; ao mesmo tempo em que faz isso, ele vai contemplar o setor privado.

Agora nós estamos entendendo os cortes que foram feitos, de quase seis bilhões de reais: cinco bilhões e 700 milhões de reais. Foram os cortes anunciados até agora na área da Educação Pública do Brasil. E depois o ministro participa de um encontro com os donos das escolas particulares, com os donos das universidades privadas, com os privatistas da Educação. E faz esse anúncio de que o Governo pretende atender à demanda do ensino superior pelo sistema privado, pelas escolas particulares, intensificando o que nós chamamos de privatização do ensino.

Agora tudo se explica - essa barbárie, essa suposta confusão dentro do MEC. O caos que existe dentro do Ministério da Educação tem uma metodologia, tem objetivo. Primeiro, é desmontar a Educação Pública brasileira, me parece que em todos os níveis. Como se já não bastasse a Emenda 95, que foi aprovada no governo Temer, que congelou os investimentos por 20 anos na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Segurança Pública; em todas as áreas. Todas as áreas foram congeladas, sobretudo as áreas sociais. Menos o pagamento de juros da dívida pública.

Como se já não bastasse esse congelamento do orçamento da Educação por 20 anos, o que já é grave - e nós estamos num movimento hoje, no Brasil, pela revogação da Emenda 95 -, agora o governo Bolsonaro congela, corta quase seis bilhões de reais da Educação Pública brasileira. E o seu ministro da Educação, sem nenhum pudor, anuncia publicamente, numa reunião com os mantenedores das faculdades particulares, que a expansão no ensino superior se dará através do ensino particular, que há mercado para isso. Isso é um absurdo. Um ministro da Educação, que deveria em primeiro lugar defender a Educação Pública, a educação básica e o ensino superior, incentiva o atendimento da demanda de uma forma particular, pela via privada.